



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA. PROBLEMATIZAÇÕES PRÁTICAS E REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE UM MODO DE VIDA CONTRA-HEGEMÔNICO**

Caetano De´ Carli

Doutorando em Poscolonialismos e Cidadania Global pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

caetanodecarli@gmail.com

Ao fim da primeira década do século XXI, reitera-se a emergência, após a crise financeira internacional recente, da necessidade de retomar os debates a respeito de novas formas produtivas (ambientalmente e socialmente sustentáveis) que foram silenciadas na concepção hegemônica do capitalismo neoliberal. Modelos contra-hegemônicos de cooperativismos e associativismos são encontrados em exemplos de economia solidária intrínsecos aos diferentes modos de organizações camponesas, indígenas, sindicais, de trabalhadores informais, de crédito e de consumidores. Como afirma Hespanha, a insatisfação ao neoliberalismo

Dá lugar muitas vezes a uma procura por soluções alternativas, à revalorização de práticas econômicas baseadas noutros princípios que não a concorrência e o lucro, à imaginação de uma sociedade onde a separação radical entre a economia e o social seja substituída por modos de ajustar os recursos às necessidades de forma integrada e capaz de maximizar o bem-estar humano e social. (Hespanha, 2009:49)

Por outro lado, a colonialidade política e epistemológica associada à formatação de um projeto de modernidade, civilização e progresso centralizante do Estado-Nação brasileiro formataram alguns dos pilares que delimitaram as fronteiras da desigualdade e da exclusão na sociedade brasileira. No meio rural, a produção de *commodities* delimitou as fronteiras que separam de um lado uma elite agrária latifundiária, de outro sem terras, camponeses, indígenas e quilombolas. Nas cidades, tais fronteiras emergiram com a formação de uma classe rica e média *cidadã*, que argüiu para si o papel de agente político, social, cultural e econômico positivista e iluminista, em contraponto aos favelados, às empregadas domésticas, aos catadores de lixo, e demais categorias urbanas subalternizadas. O cooperativismo estabelece-se enquanto a uma forma de oposição a tal colonialidade-centralidade brasileira através de um conjunto de práticas e teorias a respeito de um modo de vida solidário entre esses estratos sociais desfavorecidos. Torna-se também uma opção a ser seguida pelos movimentos sociais emergentes. Tratando-se da ruralidade brasileira, iremos analisar, nesse artigo, os diferentes tipos de cooperativismos emergidos tanto na práxis quanto na teoria,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

enfocando as suas relações com a macro-economia e a macro-política, a constituição de um modo de vida em oposição ao paradigma hegemônico da Revolução Verde e a sua inserção em termos de políticas de reforma agrária.

### *PODER CENTRAL E COLONIALIDADE AGRÍCOLA NO BRASIL*

A formação sócio-econômica do Brasil foi pautada, durante o período formal de colonização, na empresa agrícola rural – instituída na tríade: latifúndio, monocultura e pecuária – a partir do engenho de cana-de-açúcar (Furtado, 1974). Outros modelos econômicos se formaram no Brasil, como as missões jesuíticas, a agricultura de abastecimento interno, as empresas coloniais de mineração, a exportação do algodão e do couro e o comércio urbano. A indústria açucareira, entretanto, conseguiu se inserir na economia do pacto colonial, como o investimento sólido e temporalmente durável – sendo ainda hoje um dos principais produtos de exportação do país. Após a independência (1822), a empresa agrícola rural foi complexificada em termos de novas cadeias produtivas (café, gado, soja, eucalipto), de modernização tecnológica (usinas de cana-de-açúcar, inovação no maquinário agrícola, inserção de sementes geneticamente modificadas, adubos químicos e agrotóxicos), de novas territorialidades (avanço do agronegócio em regiões de cultura agrícola tradicional e matas nativas, como o Centro-Oeste e o Norte do Brasil). Outros elementos genéricos da economia política da empresa agrícola rural foram remodelados, sem, entretanto perder a essência de uma colonialidade intrínseca à formação econômica brasileira, como o trabalho extensivo (remodelado a partir do fim do escravismo brasileiro em 1888 a um formato muitas vezes análogo à escravidão), o papel das elites econômicas na política local, regional e central do Estado Brasileiro em suas três esferas - Judiciário, o Legislativo e o Executivo (hoje assumido mais precisamente pela bancada ruralista e pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, antiga União Democrática Ruralista - UDR), a ação de grupos paramilitares (crimes de pistolagem contra trabalhadores rurais praticados pela polícia militar ou por pistoleiros contratados), altos financiamentos do aparelho estatal (atualmente executados por bancos públicos como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).



As conseqüências da manutenção, na medida do possível, de uma estrutura agropecuária herdada do colonialismo, mesmo sob os efeitos de novas complexidades, foram gravíssimas, expressadas em alguns indicadores demográficos e sociais. A economia política da colonialidade agrícola gerou, em termos macro, uma desproporcionalidade entre a população rural e população urbana, péssimos indicadores sociais e uma concentração da estrutura fundiária em uma poderosa oligarquia. Em termos proporcionais, observa-se, na tabela 1, o crescimento da população urbana, que correspondia a 31,2% da população total no Brasil em 1940, para 81,2%, em 2000, contrapondo-se a um decréscimo da população rural, que em 1940 correspondia a 68,8% da população geral brasileira, e em 2000 decresceu para 18,8%<sup>1</sup>. Dois fatores foram determinantes para esse processo: o crescimento industrial brasileiro vivenciado no período pós-guerra, mais especificamente, após o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), e o programa dos projetos econômicos de impulsão e expansão do agronegócio (agricultura de exportação pautada na monocultura) durante o período militar (1964-1985), paralelamente à perseguição política aos movimentos sociais camponeses que, em inícios da década de 1960, se mobilizavam em favor de uma política de reforma agrária.

A estrutura fundiária brasileira é uma das mais desiguais do globo. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 50,3% dos estabelecimentos agropecuários possuem uma área menor que 10 hectares e correspondem a 2,4% da área total agropecuária brasileira, em oposição a 0,9% dos latifúndios com mais de 1.000 hectares, que ocupam 44,4% do território passível ao plantio e ao criatório. Outra comparação estatística que pode ser observada na tabela 2 é que 82,5% das fazendas possuem menos de 50 hectares, todavia elas correspondem apenas a 13,4% da área total agricultável<sup>2</sup>.

Ao longo da História do Brasil, grupos de camponeses, indígenas e quilombolas organizaram-se sob os mais diversos formatos de resistência à composição econômico-política da elite agrária brasileira, como os exemplos do Quilombo dos Palmares (finais do século XVI – 1710), da Cabanagem (1835-1840), da Balaiada (1831-1841), de

<sup>1</sup> Fonte: Censo demográfico 1940-2000. Rio de Janeiro: IBGE, 1950 -2001. Dados extraídos de: Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Diversas tabelas.

<sup>2</sup> Fonte: Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. IBGE, Rio de Janeiro 2006. Tabela elaborada a partir da página 176.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Canudos (1896-1897), de Contestado (1912-1916) e das Ligas Camponesas (1955-1964). A partir da década de 1970, pastorais sociais, ligadas a setores progressistas da Igreja Católica, camponeses e sindicatos rurais desencadearam uma série de manifestações e ocupações de latifúndios improdutivos, estabelecendo o embrião do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado oficialmente em seu primeiro Congresso Nacional, em 1984.

Além das circunstâncias históricas do processo de formação econômica agrícola, os fatores que estimulam o desnível da concentração fundiária e da desigualdade social no Brasil são materializados pelo implemento da Revolução Verde. Podem-se distinguir, nesse caso, dois estágios de solidificação desse pacote de modernização tecnológica na ruralidade: o período militar e início da Nova República; e o período neoliberal. No primeiro, havia uma combinação entre apoio de uma estrutura centralizada do Estado (formação de cursos de agronomia, engenharia florestal, órgãos públicos ligados à assistência técnica, escolas técnicas agrícolas), fortalecimento econômico da burguesia agrária latifundiária e vultosos empréstimos para compras de maquinários agrícolas, adubos químicos e agrotóxicos. No segundo momento, caracteriza-se pela desconcentração do Estado enquanto estrutura de implementação direta da Revolução Verde paralelamente à concentração do poder das empresas transnacionais do ramo farmacêutico-químico (Monsanto, Syngenta, Bayer e Dupont), fortalecimento do capital transnacional (mesmo em empresas antes nacionais, como Aracruz Celulose e Votorantim), intensificação dos empréstimos bancários ao setor do agronegócio e implemento de sementes geneticamente modificadas, e agrotóxicos. A Revolução Verde, com isso, gerou uma maior concentração de terras, desmatamento, contaminação dos solos, das águas, dos alimentos e dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. No caso do planejamento agropecuário, observa-se a mesma tendência que Luz definiu, genericamente, em que “o centralismo político presente nas políticas públicas brasileiras pode muito bem coadunar-se com o regionalismo corporativista dos interesses sociais – frequentemente locais – na República Brasileira” (Luz, 2000:296). Ou seja, ao mesmo tempo em que a primeira e a segunda Revoluções Verdes eram implementadas pelo apoio financeiro, legislativo e físico do Estado, as elites locais se fortaleciam enquanto poderes locais e regionais. Por outro lado, enquanto o latifúndio se expandia, a biodiversidade, a policultura e as culturas agropecuárias tradicionais se retraíam,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

inclusive com a presença de práticas abusivas em termos de direitos humanos, como trabalho escravo, crimes de pistolagem e exploração predatória da flora e fauna nativas. Nesse caso, cabe pontuar novamente a observação de Luz que aponta que “a dicotomia centralização *versus* descentralização (política) exprime no plano das políticas públicas a dicotomia concentração *versus* desconcentração (social) persistente na sociedade brasileira” (Luz, 2000:296).

O Estado neoliberal brasileiro, que se inicia nos governos Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), imprime na ruralidade brasileira o abandono de políticas públicas de desenvolvimento agrícola mais diretas, como programas de assistência técnica e formação em escolas técnicas agrícolas, em detrimento do financiamento de grandes conglomerados empresariais transnacionais no meio rural. Os latifundiários conseguiram se inserir na segunda Revolução Verde, principalmente devido ao apoio financeiro do Estado e à legalização das sementes transgênicas operacionalizadas durante o governo Lula (2003-2010). A agricultura familiar, seja em seu formato cooperativista ou não, entretanto, foi estrangulada economicamente devido aos endividamentos com os bancos públicos e privados e aos altos custos de insumos agrícolas (Correa, 2007).

#### *AS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL ENTRE A RESISTÊNCIA E AS POLÍTICAS DE MEDIAÇÃO*

As ações de movimentos sociais camponeses emergidos na década de 1980 no Brasil instituíram na agenda nacional as necessidades de políticas de reforma agrária como principal forma de erradicar a pobreza, gerar desenvolvimento social e frear o extensivo processo de urbanização vivenciado durante a ditadura militar. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é o mais expressivo desses movimentos sociais. Desde o início de tal década, o MST atua ocupando os latifúndios e pressionando o governo federal para a formação de assentamentos. As políticas públicas que foram criadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) durante a Nova República estabeleceram-se como uma forma de mediar os interesses hegemônicos com as pressões exercidas por essa esfera da sociedade civil organizada. Os planejamentos estratégicos gerais de tal órgão, entretanto, não pensaram as áreas da reforma agrária de maneira mais ampla, como um projeto de desenvolvimento de uma



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

nova ruralidade brasileira, e, muitas vezes, os assentados ganharam a titulação da terra, sem o mínimo de condições estruturais fundamentais, como água, energia, moradia, fomento inicial e esgoto sanitário. As diferenças em termos de investimento orçamentário retratam o esquecimento do poder público brasileiro com a agricultura familiar, principalmente em áreas da reforma agrária. Entre 2003 e 2008, o Banco do Brasil, o BNDES e o Ministério da Agricultura repassaram R\$ 106,1 bilhões para os latifúndios produtores de *commodities* em contraposição aos R\$ 45,46 bilhões injetados na agricultura familiar (Bruno, 2009). Verificam-se, com isso, vários pontos de estrangulamento dentro da economia dos assentamentos, como o já referido problema de *estruturação básica*. Outras problemáticas levantadas decorrem da *concorrência com os capitalistas do campo* (destacando a maior facilidade desses no acesso ao crédito rural e recursos públicos, além do *lobby* político-institucional), *condições de logística e comercialização da mercadoria* (falta de apoio logístico na venda da mercadoria agropecuária estabelece vários laços de dependência dos pequenos produtores, seja com atravessadores ou com os grandes conglomerados do mercado varejista e atacadista), *falta de apoio em melhorias técnicas e sustentáveis para a produção* (as políticas de assistência técnica foram sucateadas, encarecimento da produção orgânica devido aos altos custos condicionados pelas políticas de certificação) e a *baixa capacitação dos/as trabalhadores/as rurais brasileiros* (investimentos públicos restritos em formação e educação no meio rural brasileiro) (Caron e Sabourin, 2003:83-179). Esses pontos genéricos de estrangulamento da economia dos assentamentos da reforma agrária aparecem como problemáticas estruturantes em qualquer processo de transição ao cooperativismo em nível local ou regional – formação de redes regionais de integração inter-cooperativas. Apesar dessas dificuldades apontadas, a ampla maioria das famílias acampadas e assentadas se vincula à conquista da terra numa prática diática, dentro da qual ter e produzir seu próprio alimento é sinal de dignidade conquistada, que estimula a continuidade da sobrevivência diária. Esse impulso, formatado na própria consciência libertária propagada pelos movimentos sociais, é o principal fator instituinte a qualquer plano, local, regional ou nacional, de desenvolvimento do cooperativismo em áreas da reforma agrária.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## *A RURALIDADE ENTRE AS REDES TRADICIONAIS DE SOLIDARIEDADE COOPERATIVISTAS E O PARADIGMA HEGEMÔNICO DA MODERNIDADE AGRÍCOLA*

Segundo Ambramovay, a ruralidade é um conceito mais específico para se tratar o que o IBGE classifica como *meio rural*, já que abrange áreas urbanas de municípios de pequeno e médio porte, além de ser mais plural em relação à equação simplista onde o rural é igual ao agrícola. Esse último ponto é interessante para não desenvolver-se uma idéia de que o cooperativismo em áreas rurais é restringido a desenvolver unicamente uma produção agropecuária. Deve-se, também ter em mente a necessidade de ampliar estratégias de desenvolvimento solidário que se estabeleçam também em outras áreas da economia local, como o artesanato, o turismo rural, além de pensar em outros setores do processo produtivo (logística de transportes e comercialização com o mercado varejista dos centros urbanos). Algumas alternativas em nível de cooperação são estabelecidas, sem necessariamente se relacionar a uma cooperação agrícola mais formalizada - como a inserção de grupo de mulheres e jovens em comunidades locais, experimentado, por exemplo, pelo projeto da associação In Loco, no Algarve (Portugal), ou pelo Programa para Grupos Organizados de Mulheres em Desenvolvimento Rural, no México. Sobre o programa português, Melo explica que se desenvolveram várias ações instituintes de auto-emprego, educação infantil, associação de produção agrícola manufaturada com a cultura local visando o mercado dos turistas a partir de grupo de mulheres que conseguiu transformar a região em um exemplo de irradiação da sustentabilidade local (Melo, 2002:435). No projeto mexicano, Leonardo exemplifica que a partir de 1999 delinearam-se ações estratégicas de integração gênero-cooperação-desenvolvimento sustentável, com o apoio a grupo de mulheres dentro da lógica pluriprodutiva, fortalecimento da capacitação feminina, ações visando a segurança alimentar, integração de mulheres rurais nos espaços de decisões políticas (Leonardo, 2005:62). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra também decorre de vários exemplos de formação de grupos de mulheres e jovens na produção de artesanato, a *Brigada Semeadores* (grupo de teatro inspirado no teatro do oprimido de Boal), grupos de músicas, integração em núcleos coletivos de cinema na terra, entre outros investimentos solidários, sem necessariamente se vincular diretamente com a atividade agrícola. A



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

afirmação das experiências locais no desenvolvimento de iniciativas solidárias é destacada por Namorado:

Os processos de desenvolvimento local precisam da economia solidária para ganhar consistência e humanidade; e a economia solidária tem nos processos de desenvolvimento local um dos contextos mais potenciadores das suas virtualidades quer imediatas, quer estratégicas. De fato, o desenvolvimento local impregnado pela economia solidária pode deixar de ser apenas um processo de requalificação de regiões deprimidas, para passar a ser também um ponto de partida consistente de uma verdadeira renovação social (Namorado, 2009:73)

As relações sociais que se desenvolvem em tal conceito amplo de ruralidade são efetivadas tradicionalmente, seja por povos camponeses, quilombolas ou indígenas (de acordo com a especificidade local de cada exemplo), através de inúmeras práticas solidárias. As relações humanas são aprofundadas adquirindo um papel central na ruralidade, instituindo diversas redes tradicionais de solidariedade, expressadas nas extensas redes de parentes, compadrios e agregados, nas práticas de mutirões e roças comunitárias, até a formalização de cooperativas e associações de pequenos produtores nas áreas de assentamento de reforma agrária. Há, portanto, um sentimento - ao mesmo tempo plural e genérico - de pertença individual a um “povoado comunitário”. O conceito de ruralidade reforça um novo paradigma no qual as atividades agropecuárias são um núcleo importante, mas também se associam a uma gama variada de grupos e ações coletivas na área da cultura, lazer, esporte, educação e integração social. Um elemento paradigmático essencial para pensar o desenvolvimento solidário rural é a relação da ruralidade com a natureza, considerando as noções de desenvolvimento sustentável e o ideal paisagístico, tendo o campo como um local bucólico, símbolo de paz mística interior e humana (Abramovay, 2003; Caron e Sabourin, 2003; Cristoffoli, 2000).

O ideal hegemônico nas políticas públicas brasileiras, entretanto, se estabelece a pensar o rural a partir do apoio à produção de *commodities*, a uma idéia de progresso associado à paisagem do deserto verde, das monoculturas, do desmatamento, da braquiária e da produção extensiva do gado. Ao inserir tais ideais hegemônicos enquanto políticas públicas prioritárias, seguindo interesses econômicos de uma elite regional e local, além do próprio interesse de corporações transnacionais no ramo agrofarmacêuticos,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

consolida-se uma ação do estado visando unicamente a geração do lucro, independente dos efeitos sociais e ambientais.

### *O COOPERATIVISMO AGRÍCOLA E O SABER LOCAL CAMPESINO*

O cooperativismo se estabelece a partir de uma congruência de fatores coletivistas e solidários que permeiam uma unidade produtora gerida parcialmente ou totalmente pelos mesmos agentes que compõe a sua força de trabalho. Segundo Santos e Rodriguez, o cooperativismo consiste em um conjunto de “alternativas de produção contra-hegemônicas” ao individualismo liberal e ao capitalismo a partir de uma concepção produtiva “solidária” que abrange várias perspectivas, como a socialista, ecologista, de cristianismo libertário, de gênero e o saber local campesino. Na América Latina, as experiências de cooperativismo agrícola são detectadas antes mesmo das idéias socialistas no século XIX, precisamente no sistema comunitário azteca (dos Captulli e Altpetlatti) e nas missões jesuíticas na região de Sete Povos das Missões. Ambos os exemplos traziam consigo a experiência coletivista das terras e de bens associada a uma gestão parcialmente pautada na participação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, mas dentro das tradições de parentesco azteca, e da autoridade jesuítica no caso dos indígenas, sob o aval de uma cosmologia religiosa. (Cristoffoli, 2000:10). Na Europa, o cooperativismo foi definido a partir de princípios teóricos do socialismo utópico, economia solidária e nos vínculos tradicionais de solidariedade das comunidades rurais. Em termos da filosofia ocidental, tal conceito é elaborado sob a experiência empírica de operários franceses e ingleses que fundaram e administraram coletivamente fábricas de sociedade de trabalhadores, influenciados e/ou diretamente apoiados por intelectuais como Robert Owen e Charles Fourier. Um dos principais dilemas elencados por esses pensadores refere-se à operacionalização das cooperativas numa economia de mercado e com a concorrência com outras empresas capitalistas (Santos e Rodriguez, 2002:33-37). Isso define, de certa forma, os limites entre uma cooperativa sob aspectos solidários e uma cooperativa em estágio de se solidificar sob os mesmos princípios de empresas capitalistas (contrato de mão-de-obra assalariada, hierarquização social, ausência de democratização da participação nos lucros e nas decisões políticas). O cooperativismo solidário deve ser pautado, com isso, por sete princípios chaves, segundo Boaventura de Sousa Santos: 1- vínculo aberto e voluntário; 2- controle democrático por parte dos membros; 3- participação econômica dos



membros; 4- autonomia da organização; 5- compromisso com a educação dos membros da cooperativa; 6- integração entre cooperativas; 7- contribuição para o desenvolvimento das comunidades locais (Santos e Rodriguez, 2002:34).

Nos séculos XIX e XX, inúmeras cooperativas e experiências de gestões coletivas são adaptadas à realidade rural, como a zadruga (Iugoslávia), os ejidos (México), os kibutzim (Israel) e Mondragon (País Basco). Os kibutzim israelenses foram constituídos dentro de normativas igualitárias, em razão da não-circulação de dinheiro, da igualdade de trabalho entre homens e mulheres com pagamento dos serviços realizados diretamente em mercadorias<sup>3</sup> (Singer, 2000). Nos países do bloco socialista, foram desenvolvidos alguns modelos de gestão cooperativa, onde se inseriam –

A propriedade estatal (URSS e Cuba), propriedade comunal (China) e cooperativas camponesas de trabalho coletivo (Hungria, Checoslováquia, Bulgária, Romênia, Alemanha Oriental). Em alguns países socialistas manteve-se, contudo a forma de pequenas propriedades familiares como forma dominante na agricultura (Polônia, Iugoslávia e Nicarágua). (Cristoffoli, 2000:13)

Em todos esses casos, foram verificados vários limites em relação à constituição de um cooperativismo solidário, como a inserção de valores liberais na cooperativa, problemas em relação à autonomia da cooperativa frente a administrações de controle estatal, cristalização das tarefas laborais e dos cargos de direção, concentração de poderes nas mãos de poucos dirigentes e pouca participação decisória dos trabalhadores.

No caso brasileiro, observam-se várias experiências de cooperativismos constituídos sobre o conjunto de relações pessoais, culturais, ideológicas ou tradicionais que se estabelecem entre uma sociedade de trabalhadores na auto-gestão de sua própria empresa a partir de princípios solidários. Em níveis estatais, entretanto, a formalização de cooperativas passa por uma série de burocracias e limites legais tão grandes que, na prática, temos tanto exemplos de ações cooperativas não formalizadas, mas pautadas sob o solidarismo, quanto cooperativas formalizadas operadas na ótica empresarial moderna. No Nordeste brasileiro, por exemplo, algumas das primeiras cooperativas agrícolas não se inseriam entre os princípios elencados acima, mas foram criadas a

---

<sup>3</sup> Apesar de possuir um sistema inovador de produção, as políticas de assentamentos israelenses sob o território palestino representam um dos principais efeitos das políticas de segregação social imposta pelo estado de Israel.



partir de associações de grandes e médios proprietários para se beneficiar de programas públicos de fomento ao cooperativismo (Caron e Sabourin, 2003:153).

### *O COOPERATIVISMO AGRÍCOLA EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA DO MST*

Nos debates dentro do setor de produção do MST, os assentados notaram que a prática da agricultura de subsistência não instituiu um padrão de vida progressivo, apesar de ter materializado uma condição de vida muito superior às existentes na condição legal de sem terra. Desde os primeiros anos de formação do movimento, o cooperativismo foi definido como estratégia para viabilizar socio-economicamente os assentamentos de reforma agrária (Singer, 2002)

O cooperativismo, quando associado à economia solidária, é correlacionado a outra racionalidade comportamental, que não a mercantilizada, seja a partir do “individualismo societal” ou do direito à propriedade privada. O status da ordem da sociedade de consumo também é reconsiderado, para padrões de níveis de felicidade mais amplos e solidários (Hespanha, 2009:52). As empresas sociais e as cooperativas, entretanto, não abandonam o empreendedorismo, vital para a viabilidade socioeconômica da iniciativa, mas o redirecionam sob a égide participativa, que abrange não somente os processos produtivos, como a distribuição dos ganhos e os postos de autoridade democratizados. Para Hespanha, “a saída empreendedorista representa uma valorização simultânea das vantagens da cooperação em torno de objetivos de melhoria das condições de vida e da eficiência econômica para um uso mais adequado e flexível dos recursos, incluindo o trabalho” (Hespanha, 2009: 61). Sobre as dinâmicas funcionais da empresa cooperativa, valores como “mobilização coletiva” e “gestão democrática” são colocados no processo empreendedor solidário devido, sobretudo, ao fato de que eles “estão indissociavelmente ligados à resolução de problemas de sobrevivência” (Jean-Louis Laville, 2009:15). Gaiger aborda ainda que tais iniciativas convivam com uma matriz de relações e recursos que passam tanto pela ótica mercantil quanto não-mercantil e não-monetária. “Elas igualmente rejeitam a exclusão entre o econômico e o social e procuram reconciliar a eficiência com a cooperação produtiva” (Gaiger, 2009:86). Para Veronese, “a emergência de modos mais solidários de produzir, distribuir e consumir evidencia as potencialidades positivas da contemporaneidade, que também engendra seus novos processos de subjetivação num sentido emancipatório,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

considerando a emancipação como liberdade para criar territórios existenciais singulares através de coletivos potentes” (Veronese, 2009:157).

Entre os exemplos considerados mais bem sucedidos em termos de organicidade de uma rede de cooperativas que conseguiu se inserir no mercado global ao ponto de concorrer com grandes corporações empresárias, destaca-se o caso da Mondragón no país Basco. Para Forcadel, esse o complexo cooperativo passou por um processo transitório de seus princípios fundadores de poder popular a uma constituição de um próprio *managed model* – que consegue articular a concepção democrática dentro da lógica de *managed*. (Forcadel, 2005:255-256). Segundo o autor houve uma adaptabilidade dos princípios originais da Mondragón e do cooperativismo à realidade de mercado; e essa adaptabilidade não emergiu seguindo os padrões tradicionais do *manager*, mas sim em algo novo, híbrido. Taylor também coloca que a inserção do complexo Mondragón no mercado foi pautada por uma nova formulação da retórica de eficiência – conceito usualmente instrumentalizado às concepções de corte de custos e precarização do trabalho com graves exemplos sociais. O exemplo do país Basco se traduz num outro conceito de eficiência que – tal qual o anterior, tem como objetivo a competitividade de mercado, no entanto, sem grande parte dos custos sociais implícitos numa ortodoxia neoliberal (Taylor, 1994:469). Tais observações sobre o complexo Mondragón são interessantes a se pensar a questão do cooperativismo para além da dicotomia entre relações de produção capitalista e socialista – onde é possível a constituição de cooperativas inseridas no mercado mesmo com um valor de eficiência que co-exista com os princípios de participação implícitos nas teses solidárias.

Sobre a cooperação agrícola em áreas da reforma agrária no Brasil, Pedro Ivan Cristoffoli discute-a sob quatro experiências de cooperativas do MST, a COOPTAR – Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata (Pontão - RS), a COPAVI – Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (Paranacity - PR), a COOPCAL – Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Terra Livre (Nova Laranjeiras - PR) e a COOPERUNIÃO – Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste (Dionísio Cerqueira - SC). Tais cooperativas se caracterizam pela coletivização de terras, e por representarem modelos bem sucedidos em relação à viabilidade econômica e social de assentamentos. Esses casos empíricos carregam conteúdos intrínsecos que



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

contribuem com o debate teórico a respeito dos processos de transição a uma economia mais solidária. Ressaltam-se, inicialmente, algumas condicionantes gerais a respeito da constituição de tais cooperativas. Primeiramente, destaca-se que o sucesso no programa de medidas instituintes de cooperativismo está diretamente relacionado à viabilização econômica e à geração de renda das famílias assentadas. A experiência da COOPTAR evidencia essa assertiva. No início do assentamento havia mais pessoas ocupando a área do que a disponibilidade de terras para as famílias. O processo histórico de disputa da região (que data desde a Encruzilhada Natalino, em 1979, até a formalização do assentamento, em 1986) gerou desgaste nas famílias de agricultores, que mesmo assim, em sua maior parte, continuaram na terra ou foram ocupar outras áreas. Tal situação não é diferente da que Gaiger verificou em algumas experiências de economia solidária em periferias urbanas que “se deparam com infundáveis dificuldades”. “Lidam com situação de enorme instabilidade material, de sociabilidades cambiantes nas quais os indivíduos, premiados pelas circunstâncias, vêm em regime de solidariedade forçada, sem conseguirem transformá-la em valor e em norma interior da vida” (Gaiger, 2009:89). No caso da COOPTAR, num momento de crise financeira, instaurada pelas dificuldades dos primeiros anos de assentamento, tentou-se implantar uma série de iniciativas visando institucionalizar o cooperativismo, denominada de Laboratório Organizacional do Campo. Segundo o autor, verificou-se, entretanto, um alto número de reuniões e decisões e pouca viabilidade financeira de execução. Devido à aversão ao que o autor denominou de “reunionismo” – criou-se, posteriormente, um sistema de representatividade e delegações a partir de indivíduos escolhidos nos setores do assentamento ou de membros das famílias. Sobre a participação dos assentados dentro das organicidades democráticas da cooperativa, Cristoffoli aponta que

Com base nos dados analisados fica claro que a dinâmica democrática das cooperativas estudadas insere-se no espectro das experiências autogestionárias ao nível das unidades produtivas, mas também é possível concluir que não existe um padrão único que caracterize o processo democrático interno dessas experiências. Pode-se inferir que a dinâmica pela qual vai sendo configurado o processo participativo é condicionada por vários fatores, alguns gerais, mais ligados à noção de democracia de base em um sentido amplo e que se encontra difundida no seio da população (e que se entende por uma espécie de democracia direta, em que todos participem da tomada de todas ou da maioria das decisões) e outros mais específicos e ligados à experiência concreta dos membros de cada coletivo em especial e que vão



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

configurando/institucionalizando aos poucos padrões diferenciados para cada coletivo, na forma de condução das questões internas, assim como condicionado aos sistemas técnicos (tecnologias produtivas) dominantes na organização. (Cristoffoli, 2000:77-78)

A partir de tais experiências práticas, uma série variável de problemáticas decorreu no cotidiano e na vivência dessas cooperativas, como: a questão do controle do trabalho dos cooperados (como efetuar a cobrança do trabalho sem autoritarismo), a necessidade de mediar trabalhos burocráticos com agropecuários, e a demanda de especialização e capacitação para renovar os gestores, e os técnicos da cooperativa. Outros pontos que emergiram em tais casos foram a questão das hierarquias funcionais - principalmente nos cargos de coordenação e supervisão - a dinâmica entre a rotatividade *versus* especialização de determinados serviços e equilíbrio técnico da formação. Nas tarefas de produção ligadas ao processo de cooperação no trabalho agropecuário, por exemplo, os processos de rotatividade produtiva e administrativa são mais efetivos do que em áreas mais complexas, como direção financeira. A experiência e eficiência do coordenador acabam institucionalizando uma naturalização funcional do exercício do dirigente no cargo. Verifica-se um bom nível de rotatividade em alguns casos, mas o ideal de rotatividade é, muitas vezes, prejudicado pela capacitação da pessoa em assumir determinadas funções mais específicas na direção. O papel da capacitação e formação é central nos processos dinamizadores de um cooperativismo mais complexo e se relaciona diretamente com a dinâmica das rotatividades em serviços e cargos diretivos (elegíveis) mais específicos. Cristoffoli evidencia, em sua pesquisa de campo, uma boa média de assentados estudando nos centros de formação, o que dentro dos padrões da ruralidade brasileira é uma exceção. Essas quatro cooperativas coletivas agropecuárias, por mais que tenham pontos de semelhanças na dinamização do implemento da economia solidária, possuem redes específicas de operacionalização do cooperativismo, decorrente de problemas e situações particulares à história desses assentamentos. Os processos de transição ao cooperativismo, por mais que reúnam uma gama de elementos teóricos a respeito dos seus princípios, desenvolvem-se a partir de escolhas e problemas vivenciados pelos camponeses, naquilo que Pierre Bourdieu classifica de Lógica da Prática (Bourdieu, 1990). Como afirma Cristoffoli,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Confirmou-se na pesquisa que a dinâmica democrática interna aos coletivos segue a concepção autogestionária, não havendo, porém um modelo único sendo aplicado. Cada experiência se configura a partir de uma noção geral de democracia direta difundida nos meios populares no Brasil, pela troca de experiência com diversas outras cooperativas coletivas vinculadas ao MST e pelas experiências vivenciadas pelos distintos grupos estudados. (Cristoffoli, 2000:269)

### *AS MELHORIAS MATERIAIS DE VIDA DO ASSENTADO E A PEDAGOGIA DA PRÁTICA*

A partir das problematizações apontadas acima – seja em nível teórico quanto prático – atendo-me, agora, a duas observações genéricas a respeito de políticas de transição ao cooperativismo em áreas de reforma agrária no Brasil. 1) O Assentamento de reforma agrária efetiva uma melhoria social para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, já que mesmo com o descaso em termos de políticas públicas o camponês consegue, a partir da terra, usufruir e construir a sua própria segurança alimentar, dignidade humana e consciência solidária. 2) Os processos de transição ao cooperativismo, por não possuírem um modelo único, são constituídos por redes específicas particulares que passam pela história de vida individual, a formação do assentamento e a cultura camponesa local. Para o MST, o cooperativismo está associado a vários modelos escolhidos pelos assentados. *Uns podem apenas trocar dias de serviço. Outros podem comercializar em conjunto. Outros podem ter uma associação de máquinas. Outros podem ter alguma linha de produção em comum. Outros podem estar em grupos coletivos. Outros podem estar ligados a uma cooperativa. Outros estão em uma cooperativa totalmente coletiva* (CONCRAB *apud* Singer, 2002:106). A constituição de uma outra forma de produção é formatada por essa pluralidade de situações particulares – que podem ser sistematizadas através da vivência camponesa individual e coletiva desses processos, formatando uma pedagogia da prática. As experiências de cooperativismo – em nível ampliado (formalização de uma cooperativa que concorra com empresas multinacionais) ou específico (grupo de mulheres e jovens) – são, em si, um processo pedagógico riquíssimo para a formatação de um modo de vida solidário.

### *BIBLIOGRAFIA*

- ABRAMOVAY, Ricardo. O futuro das regiões rurais. UFRGS. 2003.  
BOURDIEU, Pierre. The Logic of Practice. Stanford: Stanford University Press, 1990.  
BRUNO, Raphael. Lula entre a Foice e a colheideira. Gazeta Mercantil. 18/05/09  
CARON, Patrick e SABOURIN, Eric. Camponeses do Sertão. Mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil. 2003.



CORREA, Ciro. O MST em marcha para a Agroecologia. Uma Aproximação à Construção Histórica da Agroecologia no MST. Dissertação de Mestrado em Agroecologia. Universidade Internacional da Andalucia e Universidade de Córdoba. 2007.

CRISTOFFOLI, Pedro Ivan. O Desenvolvimento de Cooperativas de Produção Coletiva de Trabalhadores Rurais no Capitalismo: Limites e Possibilidades. Dissertação de Mestrado. UFPR, Curitiba, 2000.

GAIGER, Luis Inácio. Antecedentes e expressões actuais da economia solidária. Pg. 81-100. Revista Crítica de Ciências Sociais. No. 84. CES. Coimbra. 2009.

HESPANHA, Pedro. Da Expansão dos mercados à metamorfose das economias populares. Pg. 49-64. Revista Crítica de Ciências Sociais. No. 84. CES. Coimbra. 2009.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 12ª. Edição. São Paulo: Nacional, 1974.

LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidária: Um movimento internacional. Pg. 7-48. Revista Crítica de Ciências Sociais. No. 84. CES. Coimbra. 2009.

LEONARDO, Nuria Costa. A Incorporação da Questão de Gênero nas Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no México. In. MIRANDA, Carlos e COSTA, Cristina (org). Desenvolvimento Sustentável e Perspectiva de Gênero. ICA. 2005. V2.

LUZ, Maddel Therezinha. Duas Questões permanentes em um século de políticas de saúde no Brasil Republicano. Ciência & Saúde Coletiva. 5(2):293-312, 2000.

MELO, Alberto. A Ação local como forma de resistência à nova onda de colonização global: o caso da associação In Loco no Sul de Portugal (435-472). Em SANTOS, Boaventura Souza (org). Produzir pra Viver. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2002.

NAMORADO, Rui. Para uma Economia Solidária – a partir do caso português. (pg. 65-80). Revista Crítica de Ciências Sociais. No. 84. CES. Coimbra. 2009. Revista Crítica de Ciências Sociais. No. 84. CES. Coimbra. 2009.

SANTOS, Boaventura Sousa e RODRIGUEZ, César. Para Ampliar o cânone da Produção. (23-78). In SANTOS, Boaventura Souza (org). Produzir pra Viver. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2002.

SINGER, Paul. Economia Socialista. Em SINGER, Paul e MACHADO, João. Economia Socialista. Fundação Perseu Abramo. São Paulo. 2000.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil (pg-81-130). Em SANTOS, Boaventura Souza. Produzir pra Viver. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2002.

VERONESE, Marília Veríssimo. Subjetividade, trabalho e economia solidária. Pg. 115-152. Revista Crítica de Ciências Sociais. No. 84. CES. Coimbra. 2009.